

# SUMÁRIO

---

LISTA DE ABREVIATURAS.....	23
----------------------------	----

INTRODUÇÃO.....	25
-----------------	----

## *Capítulo I*

---

O FATO JURÍDICO NO PLANO DA TEORIA GERAL DO DIREITO .....	29
---	----

1. Considerações iniciais.....	29
--------------------------------	----

2. Sobre o sentido da expressão “fato jurídico” .....	31
---	----

3. Variações doutrinárias em torno da noção de fato jurídico.....	32
---	----

4. A teoria de Pontes de Miranda .....	34
--	----

5. Análise conclusiva.....	37
----------------------------	----

6. Tipologia dos fatos jurídicos.....	40
---------------------------------------	----

7. Os elementos do suporte fático e os reflexos no ingresso e passagem do fato jurídico nos planos do mundo jurídico.....	41
---	----

## *Capítulo II*

---

OS FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS .....	43
--------------------------------------	----

1. A teoria do fato jurídico e a Teoria Geral do Direito Processual.....	43
--	----

2. Conceito de ato (fato) jurídico processual.....	47
--	----

2.1. Concepção de Chiovenda .....	48
-----------------------------------	----

2.2. Concepção de Liebman .....	50
---------------------------------	----

2.3. Concepção de Satta .....	52
-------------------------------	----

2.4. Concepção de Calmon de Passos.....	52
---	----

2.5. Concepção de Paula Costa e Silva.....	54
--	----

2.6. Os atos jurídicos não procedimentais que produzem efeitos no processo. Concepção de Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga .....	56
2.7. A definição legislativa de “ato processual” e sua insuficiência.....	57
2.8. Avaliação conclusiva sobre as diferentes concepções .....	59
2.9. Proposta de conceituação dos fatos jurídicos ( <i>lato sensu</i> ) processuais....	67
2.9.1. Crítica à ideia da divisão entre eficácia imediata ou mediata como dado relevante para indicar a “processualidade” do fato.	69
2.9.2. O núcleo do suporte fático do fato jurídico ( <i>lato sensu</i> ) processual.....	73
3. Fatos processuais e situações jurídicas processuais.....	75
4. Um breve regresso a Goldschmidt.....	75
5. Das situações jurídicas às situações jurídicas processuais. Proposta de tipologia.....	78
5.1. Situações jurídicas processuais não relacionais.....	82
5.2. Relações jurídicas processuais.....	87
5.2.1. Objeção de Goldschmidt à noção de relação jurídica processual.....	88
5.2.2. O processo como procedimento em contraditório. Crítica de Fazzalari ao conceito de Bülow.....	90
5.2.3. Objeções de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero ao conceito tradicional de relação jurídica processual .....	91
5.2.4. Avaliação conclusiva.....	92

### Capítulo III

TIPOLOGIA DOS FATOS PROCESSUAIS .....	101
1. A importância de classificar os fatos jurídicos processuais .....	101
2. Classificação “subjetiva” dos fatos processuais .....	102
3. Classificação proposta por Goldschmidt .....	104
4. Classificação proposta por Carnelutti .....	106
4.1. Classificação técnica dos atos processuais .....	106
4.2. Classificação jurídica dos atos processuais.....	109
4.2.1. Classificação conforme os efeitos dos atos processuais.....	110
4.2.2. Classificação conforme a finalidade dos atos processuais .....	111
4.2.3. Classificação conforme a estrutura dos atos processuais .....	113
4.3. Quadro sintético.....	115

5. Outras classificações. A Classificação tradicionalmente adotada pela doutrina brasileira .....	116
6. Classificação dos fatos processuais segundo os elementos nucleares do suporte fático da norma jurídica processual. Critério adotado por Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga.....	119
7. Balanço conclusivo das diferentes classificações.....	121
8. Aproximação conceitual dos diferentes tipos de fatos jurídicos <i>lato sensu</i> processuais.....	128
8.1. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais .....	129
8.2. Atos-fatos jurídicos processuais .....	132
8.3. Atos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais .....	136
8.4. Negócios jurídicos processuais .....	137

#### Capítulo IV

OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	139
1. O negócio jurídico na Teoria Geral do Direito .....	139
2. Algumas concepções em torno do conceito de negócio jurídico.....	140
2.1. Teorias “subjetivas”. O “dogma da vontade” nos atos negociais .....	142
2.2. Teoria “preceptiva”. O negócio jurídico como norma jurídica .....	146
2.3. O negócio jurídico como ato de autonomia privada. Teoria da autorregulação de interesses.....	149
2.4. Crítica. Distinção entre ato jurídico <i>stricto sensu</i> e negócio jurídico .....	151
3. O autorregramento da vontade .....	155
4. Autonomia da vontade, autonomia privada ou autorregramento da vontade? .....	157
5. Negócio jurídico processual. Primeira aproximação.....	158
5.1. Breve notícia histórica .....	159
5.2. Algumas objeções ao negócio jurídico processual .....	162
5.3. A aceitação doutrinária.....	166
5.3.1. O negócio processual segundo a doutrina estrangeira.....	166
5.3.2. O negócio processual na doutrina brasileira.....	171
6. Justificação do conceito de negócio jurídico processual na atualidade .....	174
7. Os limites do autorregramento da vontade no processo e o formalismo processual .....	183
8. O regime jurídico aplicável aos negócios processuais.....	187

9. O sujeito do negócio processual.....	196
10. Enunciado e negócio jurídico processual.....	198
11. Tipologia dos negócios processuais.....	200
12. O negócio jurídico processual nos planos da existência, validade e eficácia.	203
12.1. Plano da existência.....	206
12.2. Plano da validade.....	208
12.3. Plano da eficácia.....	209

### Capítulo V

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS JUDICIAIS.....	215
1. Esclarecimento inicial.....	215
2. Jurisdição e criação judicial.....	216
3. Decisão judicial e interpretação.....	219
3.1. Breve nota sobre a discricionariedade judicial.....	222
3.2. Interpretação e limites textuais para a atuação criativa do juiz.....	225
4. Entre o enunciado e o fato jurídico. A sentença (decisão) como ato jurídico <i>stricto sensu</i> , ato-fato jurídico e negócio jurídico processual.....	230
4.1. A sentença como ato-fato jurídico. A eficácia jurídica dos precedentes.....	231
4.2. A decisão judicial como ato jurídico <i>stricto sensu</i> .....	236
5. Negócios jurídicos processuais e “provimentos”.....	237
6. A decisão judicial como negócio processual.....	241
7. Negócios processuais, decisões condicionais e decisões sujeitas a termo.....	245
8. Casuística do negócio jurídico processual judicial. Análise concreta do poder geral de efetivação.....	249

### Capítulo VI

NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	259
1. Consideração inicial.....	259
2. A norma fundamental de respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	260
3. A cláusula geral de negociação sobre o processo.....	263
3.1. Acordos sobre o procedimento.....	264

3.2. Negócios sobre ônus, faculdades e deveres processuais.....	267
4. Vinculação do juiz aos negócios processuais.....	267
5. Momento para celebração dos negócios jurídicos sobre o processo .....	270
6. Controle da validade dos negócios processuais das partes.....	271
7. Controle da validade dos negócios processuais atípicos.....	271
7.1. Direitos que admitam autocomposição .....	273
7.2. Partes plenamente capazes.....	276
7.3. Manifesta situação de vulnerabilidade .....	279
7.4. Inserção de convenções sobre o processo em contratos de adesão .....	282
7.5. Limites objetivos ao exercício do poder de autorregramento processual: a licitude, determinação e possibilidade do objeto.....	284
8. Revogação do negócio jurídico processual .....	287
9. Resilição dos negócios jurídicos processuais .....	288
10. Alegação de descumprimento do negócio jurídico processual.....	290
11. Negócios jurídicos processuais e terceiros.....	292
12. Interpretação dos negócios jurídicos processuais.....	296
13. As omissões negociais .....	299
14. Negócios jurídicos processuais “coletivos” .....	300
15. Casuística do Negócio Jurídico Processual.....	304
15.1. Calendário processual .....	305
15.2. Acordo sobre prazos processuais.....	307
15.3. Pacto de não recorrer .....	309
15.4. Negócios jurídicos processuais na execução.....	311
15.4.1. Acordos sobre a (im)penhorabilidade .....	311
15.4.2. Acordos para abreviar a execução.....	312
15.4.3. Acordos para evitar constrições judiciais ou para afastar medidas coercitivas .....	314
15.5. Outros negócios jurídicos processuais.....	316
CONCLUSÃO.....	321
REFERÊNCIAS .....	325